

## A DIALOGIA DA NECROPOLÍTICA NA MÍDIA: PERSPECTIVA BAKHTINIANA DAS ENUNCIÇÕES BRASILEIRAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA E DA DITADURA MILITAR DE 1964

Enrico de Castro Carvalho SILVA

*Universidade de Taubaté*

**Resumo:** Esta pesquisa trata da relação dialógica entre as enunciações emergentes na mídia brasileira em 2020, responsivas às declarações presidenciais, e as enunciações responsivas de resistência à Ditadura Militar de 1964. Esse tema é delimitado por um enfoque que diferencia e relaciona as enunciações de diferentes atores políticos da resistência democrática nos contextos sócio-históricos pandêmico e ditatorial, frente à lógica do biopoder e necropolítica. Esta pesquisa se justifica pela complexidade de compreensão da dinâmica dos processos discursivos e da necessidade de uma abordagem linguístico-discursiva relacionada à teoria política e historiografia. Como objetivo geral, por meio de recorte de dissertação defendida em outubro de 2021, trata-se de investigar relações dialógicas entre o enunciado concreto de Edmar Barros (fotógrafo da Associated Press) – atrelado ao cronotopo pandêmico emergente no documentário *Cercados* (2020) – e o enunciado concreto Amélinha Teles (ex-militante do PC do B) – atrelado ao cronotopo da Ditadura Militar de 1964 emergente no documentário *Verdade 12.528* (2013). Especificamente, busca-se analisar o tom valorativo, permeado pela necropolítica, que articula o dialogismo enunciativo. Teoricamente, a pesquisa se fundamenta em conceitos essenciais à concepção bakhtiniana articulados com as perspectivas historiográficas que Schwarcz e Starling (2019) e Schwarcz (2019) desenvolvem sobre a ditadura militar de 1964 e autoritarismo; o conceito de biopoder por Foucault (2019) e necropolítica por Mbembe (2018). O procedimento metodológico de pesquisa é qualitativo-interpretativo documental. A análise de dados indicou que a abordagem linguística dialógica, político-historiográfica possibilita uma compreensão mais apurada do dialogismo existente entre as enunciações atreladas aos dois contextos discursivos.

**Palavras-Chave:** Discurso. Mídia. Necropolítica.

### THE DIALOGY OF NECROPOLITICS IN THE MEDIA: A BAKHTINIAN PERSPECTIVE OF BRAZILIAN ENUNCIATIONS OF RESISTANCE IN THE PANDEMIC AND OF THE 1964 MILITARY DICTATORSHIP

**Abstract:** This research deals with the dialogical relationship between the emerging enunciations in the Brazilian media in 2020, responsive to presidential declarations, and the responsive enunciations of resistance to the 1964 Military Dictatorship. Specifically, the approach differentiates and relates the enunciations of different political actors of democratic resistance

in pandemic and dictatorial socio-historical contexts, against the logic of biopower and necropolitics. This research is justified by the complexity of understanding the dynamics of discursive processes and the need for a linguistic-discursive approach related to political theory and historiography. As a general objective, through the clipping of a dissertation defended in October 2021, it is about investigating dialogical relationships between the concrete utterance of Edmar Barros (Associated Press photographer) - linked to the emerging pandemic chronotope in the documentary *Cercados* (2020) - and the concrete statement Amélinha Teles (ex-militant of PC do B) - linked to the chronotope of the 1964 Military Dictatorship that emerged in the documentary *Verdade 12.528* (2013). It seeks to analyze the evaluative tone, permeated by necropolitics, which articulates the enunciative dialogism. The theoretical basis are the essential concepts to the Bakhtinian perspective articulated with the historiographic perspectives that Schwarcz and Starling (2019) and Schwarcz (2019) develop on the 1964 military dictatorship and authoritarianism; the concept of biopower by Foucault (2019) and necropolitics by Mbembe (2018). The methodological procedure is qualitative-interpretative documental. Data analysis indicated that the dialogical, political-historiographical linguistic approach enables more accurate understanding of the dialogism between the utterances linked to the two discursive contexts.

**Keywords:** Speech. Media. Necropolitics.

## LA DIALOGÍA DE LA NECROPOLÍTICA EN LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN: UNA PERSPECTIVA BAKTINIA DE LAS ENUNCIACIONES BRASILEÑAS DE RESISTENCIA EN LA PANDEMIA Y DE LA DICTADURA MILITAR DE 1964

**Resumem:** Esta investigación aborda la relación dialógica entre enunciaciones emergentes en los medios brasileños en 2020, sensibles a las declaraciones presidenciales, y las enunciaciones receptoras de resistencia a la Dictadura Militar de 1964. Hay un enfoque que diferencia y relaciona las enunciaciones de diferentes actores políticos de resistencia democrática, frente a la lógica del biopoder y la necropolítica. La justificación se basa en la complejidad de comprender los procesos discursivos y la necesidad de un enfoque lingüístico-discursivo relacionado con la teoría política y la historiografía. A través del recorte de una disertación defendida en octubre de 2021, el objetivo es investigar las relaciones dialógicas entre el enunciado concreto de Edmar Barros (fotógrafo de Associated Press) - vinculado al cronotopo pandémico emergente en el documental *Cercados* (2020) - y la declaración concreta de Amélinha Teles (ex militante del PC do B) - vinculada al cronotopo de la Dictadura Militar de 1964 emergente en el documental *Verdade 12.528* (2013). Específicamente, buscado analizar el tono evaluativo, permeado por la necropolítica, que articula el dialogismo enunciativo. Para eso, se basa en conceptos de concepción bakhtiniana articulados con las perspectivas historiográficas en Schwarcz y Starling (2019) y Schwarcz (2019) sobre la dictadura militar y el autoritarismo de 1964; el concepto de biopoder de Foucault (2019) y necropolítica de Mbembe (2018). El procedimiento metodológico de la investigación es documental cualitativo-interpretativo. Se concluye que el enfoque lingüístico dialógico político-historiográfico permite una comprensión más precisa del dialogismo existente entre los enunciados vinculados a los dos contextos discursivos.

**Palabras-clave:** Discurso. Medios de comunicación. Necropolítica.

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da relação dialógica entre as enunciações emergentes na mídia brasileira em 2020, responsivas às declarações presidenciais, e as enunciações responsivas de resistência à Ditadura Militar de 1964. Esse tema é delimitado por um enfoque que diferencia e relaciona as enunciações de diferentes atores políticos da resistência democrática nos contextos sócio-históricos pandêmico e ditatorial, frente à lógica do biopoder e necropolítica.

A justificativa se pauta na complexidade de compreensão da dinâmica dos processos discursivos e da necessidade de uma abordagem linguístico-discursiva relacionada à teoria política e historiografia. Como objetivo geral, por meio de recorte das materialidades linguísticas analisadas em dissertação defendida em outubro de 2021, trata-se de investigar relações dialógicas entre enunciados concretos. Por meio de metodologia qualitativo-interpretativa documental, esse recorte contempla a enunciação de Edmar Barros (fotógrafo da Associated Press) – atrelada ao cronotopo pandêmico emergente no documentário *Cercados* (2020) – e a enunciação de Amélinha Teles (ex-militante do PC do B) – atrelada ao cronotopo da Ditadura Militar de 1964 emergente no documentário *Verdade 12.528* (2013). Especificamente, busca-se analisar o tom valorativo, permeado pela necropolítica, que articula o dialogismo enunciativo.

Teoricamente, a pesquisa se fundamenta em conceitos essenciais à concepção bakhtiniana articulados com as perspectivas historiográficas que Schwarcz e Starling (2019) e Schwarcz (2019) desenvolvem sobre a ditadura militar de 1964 e autoritarismo; o conceito de biopoder por Foucault (2019) e necropolítica por Mbembe (2018). O procedimento metodológico de pesquisa é qualitativo-interpretativo documental de enunciados concretos, por meio da reprodução da linguagem verbal oralizada. Assim, em sequência, desenvolve-se brevemente conceitos essenciais da filosofia de linguagem bakhtiniana, da teoria política e da historiografia.

### CATEGORIZAÇÕES BAKHTINIANAS

A filosofia da linguagem desenvolvida pelo Círculo de Bakhtin compreende uma arquitetônica complexa, diante da recepção das ideias no Brasil e frente à própria essência de autoria múltipla. Fiorin (2011) aponta como principais dificuldades de estudo a tradução e a cronologia. Tendo isso em vista, este artigo seleciona, dentre as categorizações mobilizadas na

dissertação, três conceitos indispensáveis para a análise do dialogismo existente entre as materialidades selecionadas: enunciação/enunciado concreto, ideologia e cronotopo. A intenção é propor um direcionamento interpretativo, mas consciente da conclusibilidade científica e possibilidade de mobilização e outras categorizações do Círculo, inclusive por pesquisadores e pesquisadoras que venham a ter contato com a presente pesquisa.

Inicialmente é necessária a abordagem sobre enunciação/enunciado concreto, termos que aparecem nas obras numa relação de sinonímia. A ideia de enunciado concreto é desenvolvida em relação ao falante, afastando-se dos elementos normativos da língua e aproximando-se da construção de sentido. É posto que “para um falante, a forma linguística é importante não como um sinal constante e invariável, mas como um signo sempre mutável e flexível” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 177). Desse modo, o falante direciona o enunciado àquele que intenciona se comunicar, frente a um contexto social que não se limita à forma linguística.

O processo de compreensão enunciativo está diretamente ligado à mobilidade dos signos que refletem e refratam a realidade percebidas pelos protagonistas da comunicação. Diante disso, é estabelecida uma diferenciação entre sinal e signo. Enquanto o sinal é fixado na identificação de um objeto o signo é inserido no universo ideológico. A construção de significado, portanto, parte da língua e do discurso vivos.

Guiada pela necessidade filológica, a linguística sempre partiu do enunciado monológico finalizado, o monumento antigo, tomado como realidade última. Foi no trabalho com esse enunciado monológico morto, ou mais precisamente como uma série desses enunciados, unidos apenas pela língua comum, que a linguística elaborou os métodos e categorias (VOLÓCHINOV, 2018, p. 184).

A figura do enunciado prevê uma mobilidade, um não isolamento, para a compreensão do processo de significação. É posto que enunciados são permanentemente inacabados e que os sentidos se constroem e reconstroem ao longo do tempo. Todo enunciado responde a uma enunciação anterior e prevê uma resposta enunciativa posterior, é “apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 184).

Encaminha-se, a partir da concepção de enunciação/enunciado concreto, a ideia de ideologia. Em breve contextualização histórico-epistemológica, cabe apontar que Volóchinov (2018) afirma a escassez de abordagens marxistas a respeito da filosofia da linguagem e, diante

disso, aponta que o objetivo de sua pesquisa é apresentar um direcionamento aos problemas concretos e metodológicos sobre a linguística. Ele parte da crítica à simplificação que a abordagem marxista promove sobre os fenômenos ideológicos, abordando-os estritamente sob viés da consciência subjetiva.

Nesse sentido, são apontadas duas características da ideologia que mobilizam fundamentos da filosofia da linguagem para serem compreendidas. A primeira delas diz respeito ao vínculo que a ideologia tem com a realidade, a segunda refere-se ao fato de haver reflexo/refração dessa realidade numa criação-produto ideológico. Sobre a relação entre realidade e seu reflexo/refração é centralizado o processo de significação dos signos por meio da simbolização.

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja ele é um *signo*. *Onde não há signo também não há ideologia* (VOLÓCHINOV, 2018, p. 91).

Outro ponto fundamental sobre ideologia diz respeito à negociação de sentido nas arenas discursivas, onde forças ideológicas emergem. A relação entre ideologia oficial e ideologia do cotidiano impactam na construção de sentido, pois estão atreladas àquela concepção de fluidez do signos. Assim, a negociação de sentidos inclui uma relação de poder entre o dominar e o resistir; entre forças centrípetas que tendem a manter o significado e forças centrífugas que tendem a ressignificar.

Frente às relações de negociação de sentidos norteados por ideologias cotidianas/dominantes, é posto pelo círculo que o sujeito não tem alibi frente ao seu discurso e também às suas ações. Portanto, as enunciações – atravessadas por ideologias que imprimem um tom valorativo – são de responsabilidade do sujeito humano e esse deve responder por elas.

A diversidade de sistemas axiológicos atrelados à ideologia e, conseqüentemente, aos enunciados concretos, também percorre o tempo-espaço. Esse percurso suscita a inserção do último conceito bakhtinino abordado neste artigo, o cronotopo. A incorporação do conceito cronotopo aos estudos linguístico-literários é um marco para a filosofia do Círculo. Isso porque

as “ciências humanas parecem ter esquecido a existência e a importância do espaço e do tempo (ao passo que nenhuma fórmula física passa sem o S e o t), desviam-se do dado espaço-temporal imediato do seu próprio objeto” (BAKHTIN, 2018, p. 255).

O aspecto inicial a ser destacado acerca do conceito de cronotopo diz respeito ao seu pertencimento à arquitetura bakhtiniana, sobremaneira sob o viés do dialogismo. Assim, essa categorização, como as demais, é desenvolvida considerando a relação entre o *eu* e o *outro*.

Bakhtin (2018b), ao analisar o romance, inter-relaciona três cronotopos: relativo ao universo representado, ao autor e outro ao ouvinte/leitor. Não há uma fusão entre eles, mas uma interdependência tempo-espacial.

O início e o fim do acontecimento narrado (representado) e o início e o fim da narração (representação) desse acontecimento são acontecimentos completamente diversos, situados em diferentes universos e, antes de tudo, em diferentes cronotopos: no cronotopo das personagens, no cronotopo do autor (narrador) e no cronotopo do ouvinte (ou leitor) (BAKHTIN, 2018, p. 238).

O autor sócio-historicamente situado, portanto, posiciona-se em relação ao acontecimento que irá representar, considerando um ouvinte/leitor presumido para produzir sentido. Assim, as relações cronotópicas evidenciam que a construção de sentido transborda, novamente, as concepções estruturalistas, vinculando-se a uma dinâmica texto-contexto.

Ainda, cabe pensar sobre a relação entre significado e sentido no contexto do cronotopo. A filosofia bakhtiniana preconiza que o autor e o leitor integram o mesmo mundo e seus cronotopos se encontram na obra. Dessa forma, fica evidente que a interação entre os sujeitos, também é a interação de seus cronotopos e somente a partir da interação o sentido é construído.

Por si sós, o significado e o sentido, carecem de definições de tempo e espaço. O significado é um formador de sentido, é um elemento destacado do sentido. O enunciado tem um sentido, uma palavra isolada que o integra tem um significado; o significado não existe fora do sentido. Contudo, tanto o significado como o sentido só existem se encontram uma expressão espaçotemporal [...] (BAKHTIN, 2018, p. 240).

Outro aspecto fundamental a ser destacado, diz respeito ao cronotopo como impressão de autoria. Uma vez que existe a contraposição entre o cronotopo em que o autor está situado

e o cronotopo que o autor representa em suas obras, a unidade do conjunto de obras não diz respeito à “unidade extraliterária do homem, mas da unidade do criador” (BAKHTIN, 2018, p. 240).

Dessa forma, na produção dos gêneros discursivos, além do autor imprimir seu estilo, ele expressa sua visão de mundo por meio da caracterização espaço-temporal. Entretanto existe uma variabilidade quanto ao potencial que os gêneros discursivos possuem quanto à representação cronotópica.

É constitutivo de todo romance (do gênero romanesco por sua natureza) o contato com a realidade inacabada. Não se trata do mundo pátrio nem do mundo estranho, mas do mundo em que nós também vivemos, no qual também nós poderíamos vivenciar todas essas aventuras, e todas as pessoas, assim como nós, são pessoas privadas, não são heróis épicos inacessíveis a nós [...] Aí já se esboça o contato com uma realidade inacabada (do autor e do leitor). Esse mundo é aberto, não é concluído ou fechado como na epopeia (BAKHTIN, 2018, p 242).

Fica evidente aqui, que a compreensão do conceito de cronotopo, preconizado pelo Círculo, pressupõe a visão desenvolvida por Bakhtin acerca do romance. Em contrapartida, é indispensável compreender que, na visão bakhtiniana, a assimilação tempo-espacial que a literatura faz da historicidade real não é linear e contínua, desse modo a representação dos cronotopos configura um processo discursivo que expressa as mesmas características: descontinuidade e complexidade.

Chamaremos de cronotopo (que significa “tempo-espaço”) a interligação essencial das relações de espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura. Esse termo é empregado nas ciências matemáticas e foi introduzido e fundamentado com base na teoria da relatividade (Einstein). Para nós não importa o seu sentido específico na teoria da relatividade, e o transferimos daí para cá – para o campo dos estudos da literatura – quase como uma metáfora (quase, mas não inteiramente); importa-nos nesse termo a expressão da inseparabilidade do espaço e do tempo (o tempo como a quarta dimensão do espaço). Entendemos o cronotopo como uma categoria de conteúdo-forma da literatura [...] (BAKHTIN, 2018, p. 11).

Assim, como foi posto inicialmente, o cronotopo surge no momento em que o Círculo pensa sobre o processo de reflexão/refração da realidade tempo-espacial no romance. Diante disso – mobilizando outras categorizações bakhtinianas e considerando a presença do cronotopo

em outros gêneros discursivos além do romance – é possível notar que os enunciados concretos configuram atitudes responsivas/responsáveis aos cronotopos nos quais emergiram.

Desse modo, para esta pesquisa, é essencial empreender uma caracterização de dois tempo-espacos distintos: o cronotopo da Ditadura Militar de 1964 no documentário *Verdade 12.528* (2013) e o cronotopo pandêmico no documentário *Cercados* (2020), bem como as possibilidades de aproximação entre eles, levando em conta as relações dialógicas entre o mundo real e o representado em que o sujeito se realiza. Para tanto, se faz necessário compreender as tecnológicas do poder político no contexto do autoritarismo de Estado, o que será desenvolvido em sequência.

#### TECNOLOGIAS DO PODER

A construção conceitual das tecnologias de poder, nesta pesquisa, parte de Foucault (2019) para Mbembe (2018). Assim, é necessário apontar que Foucault (2019) desenvolve a ideia de biopoder a partir da reconstrução histórica das dinâmicas do poder soberano na modernidade. Para tanto, a soberania do Estado é caracterizada ao longo da história, sobremaneira diante do controle sobre o direito à vida do povo.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT, 2019, p. 201).

É apontado que a teoria clássica da soberania parte dos direitos do Estado sobre a vida e morte dos súditos. Assim, a vida e a morte deixam de ser entendidas como fenômenos biológicos e assumem uma posição na dinâmica das relações políticas.

Nota-se que o direito soberano é articulado sob o prisma do poder do Estado em decidir quem vive e quem morre. É posto que os juristas dos séculos XVII e XVIII pormenorizaram essa dinâmica de poder a partir do contratualismo. A teoria do contrato social preconiza que a legitimação do poder soberano advém do povo em troca da garantia do direito à vida. Neste ponto, fica evidente o paradoxo do poder soberano quanto à decisão sobre quem morre.

Entretanto, por mais que seja apresentada uma contextualização do poder soberano frente à teoria política, destaca-se que o objetivo é pormenorizar as tecnologias desse poder.

De fato, o nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. Então, aí, topamos com coisas familiares: é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual (FOUCAULT, 2019, p. 203).

Sobre as técnicas de poder é destacado o objetivo de disciplinar os corpos para que deles seja a extraída a maior produtividade com a menor oneração ao Estado. Para tanto são mobilizados mecanismos de controle, nos quais “a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos (FOUCAULT, 2019, p. 204).

Sobre a tecnologia de disciplina é apresentado um duplo direcionamento: ao homem-corpo e ao homem-espécie. Ambos os direcionamentos surgem no século XVIII e relacionam-se com o processo de evolução de anatomopolítica para biopolítica, nota-se que o mecanismo de poder soberano é estruturado na expansão do controle dos corpos para os processos biológicos demográficos.

Desse modo, é apontado que nas primeiras demografias, as taxas de natalidade, mortalidade, e, conseqüentemente, a expectativa de vida, são relidas diante das conseqüências socioeconômicas. É possível notar a produtividade dos corpos-espécie como norteador da biopolítica. Conseqüentemente, a forma que o Estado lida com epidemias, que causam mortes generalizadas, explicita uma tecnologia de poder que leva em conta fatores econômicos.

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada por Foucault (2019) com o aparecimento do conceito de população, um elemento que rompe com o binarismo indivíduo/sociedade preconizado pela teoria do direito. Desse modo, nota-se a biopolítica ser direcionada para a população.

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo de inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político,

como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 2019, p. 206).

Assim, é apresentada uma distinção entre tecnologia disciplinar e tecnologia regulamentadora. Ao corpo destina-se a tecnologia disciplinar, o objetivo é a construção de um indivíduo dócil e que atinja o máximo de seu potencial produtivo. Conseqüentemente, a vida da massa populacional destina-se à tecnologia regulamentadora, com o objetivo de controlar eventos biológicos fortuitos. Configura-se “uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 2019, p. 209).

Destaca-se, ainda, a importância dos conhecimentos técnicos constituídos a partir da medicina durante o século XIX na medida em que exerce influência sobre os processos biológicos, tanto relativos ao corpo, quanto à população. Portanto, esses conhecimentos articulam técnicas de poder tanto no âmbito da disciplina, quanto da regulamentação

O alcance e manutenção da normalização são articulados pelo exercício do direito de matar. Diante disso, Foucault (2019) afirma que a tecnologia da normalização perpassa o racismo e conseqüentemente amplia o sentido da morte. Assim, existem o assassinio direto e o indireto, sendo esse a exposição à morte biológica, ou mesmo à morte política.

A relação entre o racismo e o biopoder reside na mobilização de fragmentos de um discurso darwinista em a espécie humana é trada como uma massa biológica sob a qual incidem mecanismos de normalização.

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc (FOUCAULT, 2019, p. 216).

A partir dessa concepção, percebe-se que o racismo é o elemento que legitima a função de morte do biopoder, uma vez que a morte dos menos aptos é sinal de fortalecimento biológico. Aqui, há uma segunda ampliação semântica proposta por Foucault (2019). Além da morte, o sentido de racismo também é estendido, especificamente, para além do desprezo à determinada raça, ou a um direcionamento ideológico.

O racismo moderno é posto como um mecanismo utilizado pelo Estado, no exercício de seu poder soberano, para promover a purificação de uma raça, em detrimento do extermínio de outra, o que retoma da ideia de normalização. Nesse ponto, é estabelecido o diálogo com as concepções de Mbembe (2018).

O teórico político camaronês desenvolve o conceito de necropolítica considerando a presença do biopoder desde as relações coloniais até a contemporaneidade. Para tanto, esse autor lança mão da ideia de estado de exceção/sítio para desenvolver a concepção foucaultiana de biopoder.

Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault e dois outros conceitos: estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional (MBEMBE, 2018, p. 16; 17).

Nesse ponto, cabe ressaltar que o Estado age para produzir a ficção de condições emergenciais para que a política da morte seja legitimada. Segundo Mbembe (2018), a necropolítica é operacionalizada em relação ao campo biológico, consolidando uma subdivisão da espécie humana em grupos que devem viver e morrer, o que referencia a ideia de racismo.

Um traço marcante do pensamento de Mbembe (2018) é a caracterização das tecnologias de poder num contexto bélico da Modernidade Tardia. A esse respeito destaca-se que a “ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica” (MBEMBE, 2018, p. 41).

É destacado o surgimento das máquinas de guerra que reconfiguram a soberania do Estado e fragmentam o território. As máquinas de guerra configuram um híbrido entre organização política e comercial. Diante desse hibridismo suas atividades transnacionais voltam-se para a mercantilização de armas e recursos naturais.

Máquinas de guerra surgiram na África durante o último quarto do século XX em relação direta com a erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridade políticas. [...] Em meados da década de 1970 com o desgaste das habilidades do Estado [...] emerge uma linha claramente definida entre instabilidade monetária e fragmentação espacial. Na década de 1980, a experiência brutal da desvalorização monetária se torna cada vez mais frequente, com ciclos de hiperinflação ocorrendo em vários países [...] (MBEMBE, 2018, p. 55; 56).

Nota-se, portanto, uma faceta contemporânea do biopoder que rompe os limites do Estado moderno. Com o objetivo de olhar a Modernidade Tardia sob o âmbito das tecnologias do poder, Mbembe desenvolve os conceitos de necropolítica e necropoder para explicar a criação de “mundos de morte, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71).

É possível perceber a amplitude conceitual de necropolítica, na medida em que Mbembe (2018) ao caracterizar grupos sociais submetidos pelo Estado à condição de mortos-vivos, perpassa por relações coloniais, migração de refugiados e diversas situações em que existe morte política. Considerando as tecnologias do poder como pressuposto axiológico das políticas dos Estados autoritários, em seguida, como base para a análise de dados; são caracterizados os cronotopos dos universos representados, na Ditadura Militar de 1964 e na pandemia da Covid-19.

## 1. CRONOTOPOS DOS UNIVERSOS REPRESENTADOS

O cronotopo do universo representado em *Verdade 12.528* (2013) remete ao contexto sócio-histórico Ditadura de 1964. Desse modo, para trazer à tela a essência do universo axiológico do período, acolhe-se como referência a perspectiva historiográfica de Schwarcz e Starling (2019), particularmente no texto *No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência*.

As estratégias foram utilizadas pelo Estado para operar o biopoder e necropolítica, uma vez que havia o exercício de controle sobre vida e morte de grupos específicos no interior da sociedade. Além disso, é perceptível que a prática de tortura corroborava a máquina de repressão, uma vez que o Estado a institucionalizou e a exerceu como tecnologia do poder direcionada ao corpo-homem.

A prática da tortura instalou-se como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares. Ao se converter em política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo e delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática de tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 461).

Nota-se que a tortura figura como tecnologia de poder que contou com a mobilização de diversos atores políticos, tanto civis, quanto militares. Partindo dessa contextualização é possível delinear o ambiente de significação do discurso Amélinha Teles, ex-militante do PC do B, retratado em *Verdade 12.528* (2013).

Quanto à essência do universo axiológico da pandemia, nota-se uma operacionalização da necropolítica direcionada à ação ou inércia ao combate à covid-19. Nesse sentido, Alves (2020) – em mesa redonda promovida pela Abralin – discute o cronotopo pandêmico articulando o diálogo entre esse conceito bakhtiniano e as perspectivas sociológicas de Zygmunt Bauman, Byung-Chul Han e Jonathan Crary. Emerge desse diálogo epistemológico a caracterização de um sujeito inserido numa sociedade capitalista em crise potencializada.

É posto que a liquefação das fronteiras e instituições modernas constroem, no século XXI, um universo axiológico em que os indivíduos assimilam a auto exploração da força de

trabalho, sem pausa, sem sono, para obtenção de altos níveis de desempenho. Essa ressignificação espaço-temporal foi potencializada com a pandemia do novo coronavírus.

No grande cronotopo da pandemia, as grandes nações e potências revelam-se pequenas, amesquinhas e sem estrutura, historicamente desprezadas, de saúde e de atendimento. Mais uma vez, o capital e o esgarçamento do tecido social expõem a miséria humana em corpos, em disputa por medicamento, por máscara, por leitos, por respiradores... (ALVES, 2020, 21min 30s).

O universo axiológico no qual está imerso o discurso-ação do governo federal brasileiro frente à pandemia direciona as responsabilidades discursivas. Desse modo, o sujeito age, enuncia, discursa de um lugar situado sempre em relação ao outro, e ainda que não tenha a dimensão da gênese do significado prospectivo, seu vínculo de autoria é permanente.

O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu não-álibi no existir que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado. É apenas o não-álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real (através da referência emotivo-volitiva a mim como aquele que é ativo) (BAKHTIN, 2017, p. 99).

Assim, considerando o vínculo discurso-ação, cabe uma breve caracterização da axiologia bolsonarista, mobilizada tanto em pronunciamentos oficiais da presidência, quanto em redes sociais. As narrativas do presidente estruturam cronotopos do negacionismo que serão alvo de responsabilidade no documentário *Cercados* (2020).

Nesse tempo-espaço pandêmico, o discurso de Bolsonaro tem sido caracterizado por seu posicionamento contrário à prática do isolamento social horizontal (medida que abarca todos os segmentos da população, não apenas os sujeitos pertencentes aos grupos de riscos) e favorável a um isolamento vertical (condizente com o princípio de imunidade de rebanho, ineficaz do ponto de vista de especialistas do mundo todo), com a volta à “normalidade” em prol da atividade econômica e em detrimento das vidas humanas, que pagariam o preço de não deixar o país entrar em crise, segundo seu pensamento e de sua equipe governamental (PAULA; SIANI, 2020, p. 486).

Ao olhar para as enunciações emergentes no documentário, é possível perceber que o cronotopo do universo representado e o cronotopo do ouvinte/leitor são confluentes. Assim, as

possibilidades de delimitação ficam vinculadas às características subjetivas de cada indivíduo inserido no contexto sócio-histórico da pandemia de 2020.

Um último aspecto a ser considerado, para a compreensão da composição da axiologia bolsonarista, diz respeito à retomada constante de valores do militarismo, mesmo diante da crise pandêmica, o que norteia o dialogismo entre *Cercados* (2020) e *Verdade 12.528* (2013). Essa caracterização pode ser percebida em artigo de opinião publicado em 2021.

Um comboio de veículos blindados, com tanques de guerra e lançamísseis, deve atravessar a Esplanada dos Ministérios e estacionar no Palácio do Planalto nesta terça (10). A entrega de um convite para o presidente assistir a um exercício das Forças Armadas é a justificativa para mais uma tentativa de Bolsonaro demonstrar força em meio à crise que atinge seu governo. Mas a informação, adiantada pela colunista do UOL, Thaís Oyama, aponta, na verdade, o contrário: a frágil masculinidade de Jair e sua impotência diante do cargo que ocupa. "Isso remonta aos rituais de exibição de potência e força, típico dos regimes autoritários e totalitários que precisam mostrar uma exuberância do poder tangível. Precisam estar sempre ostentando uma arma, uma motocicleta, um tanque para provar a sua força.". A avaliação é de Christian Dunker, psicanalista, professor titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e um dos coordenadores do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP (SAKAMOTO, 2021).

O colunista do *UOL* se utiliza de um argumento de autoridade numa atitude responsiva/responsável ao discurso-ação bolsonarista. Assim, em seu artigo de opinião, Sakamoto (2021) enuncia mobilizando forças ideológicas centripetas, frente ao universo axiológico-discursivo do Estado, o que também pode ser percebido nas materialidades analisadas a seguir.

## 2. ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

A recepção epistemológica da concepção de linguagem do Círculo da Bakhtin no Brasil estruturou a Análise Dialógica do Discurso (ADD). É a partir desse direcionamento que são analisados os dois enunciados concretos que compõem o recorte dessa pesquisa desenvolvida em dissertação.

O processo enunciativo emergente de *Verdade 12.528* (2013) é composto por um cartaz que remete à estética de um prontuário – no qual figura torturador Carlos Alberto Ustra – e o depoimento de Amélinha Teles, ex-militante do PC do B. Contudo, para este artigo a metodologia de seleção foca na linguagem verbal oralizada da militante, transcrita em sequência.

No momento da prisão fomos levados diretamente para a Operação Bandeirante e... é... Imediatamente nós passamos a ser torturados é... cada um numa sala, daquelas é... conhecidas como sala de interrogatórios, né? Que nada mais era que salas de torturas e... tudo sob o comando do Carlos Alberto Brilhante Ustra, que na época era o major. E como muitos torturadores, né? Ele tinha é... Eu me lembro assim, que eu já tentei contar várias vezes, mas era por volta do oito, né? Homens dentro de cada sala. Eles foram até o... a casa onde a gente morava e buscaram meus filhos, de cinco e quatro anos de idade. Levaram os dois pra uma sala de tortura, onde eu estava sendo torturada. Eu estava é... amarrada numa cadeira de dragão... é... todo o processo de tortura era feito com você nua, arrancavam suas roupas todas, você estava sempre nua. E como você era muito espancada, muito choque elétrico... afogamento, enfim. Você acabava vomitando, é... urinando. Então aquela sala de interrogatório era aquela sala de cheiro de suor, de sangue, de vômito, de fezes, de urina, é... tudo que você possa imaginar nesse sentido. E o Ustra levou meus filhos lá pra dentro da sala... Eu sentada na cadeira de dragão, eles olhavam pra mim e ao mesmo tempo me estranhavam. E quando eu vi, eles perguntaram “ai, por que que você ficou azul e o pai tá verde?” (TELES in ROBLES; SACCHETTA, 2013, 10min 44s).

Assim como ocorre com os outros enunciados concretos no documentário, as falas da depoente são entrecortadas por fotos das instalações da OBAN, e falas de outras duas depoentes que também relatam as torturas pelas quais passaram: Guiomar da Silva Lopes, ex-militante da ALN e Criméia de Almeida, ex-militante do PC do B.

No início da enunciação a utilização do advérbio “imediatamente” enfatiza a agilidade com que os torturadores iniciaram suas atividades. Posteriormente, é possível notar um trabalho com a desconstrução do eufemismo da locução adjetiva “de interrogatório”, utilizada pela força ideológica centrípeta do Estado ditatorial para atrelar a atividade ao universo semântico-axiológico da legalidade. Quando Amélinha (sic) quebra o eufemismo com a utilização da locução adjetiva “de tortura”, é mobilizada uma força ideológica centrífuga que introduz o universo axiológico da resistência democrática que, em seguida, irá permear o cronotopo da tortura.

Em sequência, a parte final do enunciado concreto, completa a caracterização no cronotopo da tortura, ilustrando que as atitudes criminosas ultrapassam os limites espaciais da OBAN e chegam na própria “casa” dos perseguidos políticos. A questão do gênero é selecionada com a discursivização de uma mulher no papel de mãe – o que fica evidente com a narrativa de Criméia de Almeida, detalhando a tortura que sofreu ainda que em estado de gravidez. A presença do advérbio “sempre” com o adjetivo “nua” ilustra a impotência e vulnerabilidade da mulher quanto ao próprio corpo.

A finalização da enunciação explora a contraposição do ser humano em condição degradante e de inocência. Amélinha e as outras vítimas tiveram seu sofrimento físico e psicológico realizado num espaço caracterizado pelas locuções adjetivas “de suor”, “de sangue”, “de vômito”, “de fezes”, e “de urina” marcando um estilo grotesco. Em contraposição, há incorporação do discurso dos filhos pela depoente, por meio de citação direta, na qual os substantivos “azul” e “verde” usados para identificar o estado da pele dos pais das crianças no contexto de uma pergunta. O estilo grotesco, mostrando “exagero, o hiperbolismo, a profusão, o excesso são segundo opinião geral, os sinais característicos mais marcantes do estilo” (BAKHTIN, 2010, p. 265); também se faz presente na fala dos filhos da depoente, entretanto a organização da fala em modo interrogativo constrói o sentido de ausência de consciência infantil sobre a tortura como causa de mudança na coloração da pele.

A continuidade enunciativa do posicionamento responsivo à necropolítica refere-se à verbo-visualidade dos registros orais e fotográficos feitos por Edmar Barros (fotógrafo da Associated Press) em cemitérios. Contudo, o direcionamento metodológico prioriza apenas oralização do fotógrafo.

O impressionante é número de... de sepulturas. Como eu falei da última vez que eu vim, estava lá, acho que tinha cinco, cinco fileiras quando eu vim da última vez. Eu me lembro como se fosse hoje, era mais ou menos essa hora, meio dia, eu tive a notícia de que estavam enterrando... estavam enterrando gente com trator. As valas, aqui a agente chama de vala, né? A gente chama de vala comum aquilo. Não importa o nome que eles deram, de trincheira, acho aquilo uma conversa fiada, aqui a gente conhece como vala, vala comum. Enterravam de cinco em cinco. Foi o que eu consegui registrar desse dia. Eu passei mais ou menos meia hora lá, foram dezessete enterros que eu presenciei (BARROS in CAVECHINI, 2020, 10min 50s).

Essa enunciação verbal marca a transição entre o cronotopo da morte individual – no qual Raphael Alves (fotógrafo da agência EFE) figura como autor –, apresentado anteriormente na narrativa, para o cronotopo da morte coletiva. O posicionamento axiológico do autor nesse enunciado pode ser observado por duas pausas expressivas, a primeira delas antes do substantivo “sepulturas” e a segunda antes do verbo “estavam”. Na primeira passagem o autor reluta para fazer sua escolha léxica, o que mostra indícios de dificuldade para assimilar que as sepulturas representam óbitos provocados por um vírus. De modo complementar, na segunda passagem, o autor reluta para completar a informação trazida pela notícia, construindo um sentido de tristeza, de violação de memória dos mortos; o que é reforçado pela expressão “vala comum” que é historicamente carregada de significado relativo a momentos históricos de extrema desumanização.

O enunciado concreto imagético – fotografia que tem sua exibição atravessando a fala do fotógrafo – que concentra em si a significação da oralidade do fotógrafo quanto ao cronotopo da morte coletiva é a foto da vala comum. Quatro caixões sendo enterrados por um trator ocupam o centro da imagem para criar o enfoque na morte coletiva que se dissemina de forma não simétrica. Do lado esquerdo, atrás das cruzes – e, portanto, sobrepostos pela morte – estão posicionadas pessoas que tinham algum tipo de relação com os mortos, reforçando a ambientação de impotência humana. Do lado direito figuram a lâmina carregadora e a roda do trator trazendo para a composição o elemento da mecanização, uma vez que sem o auxílio da máquina os coveiros seriam incapazes de enterrar o grande número de caixões. É nesse sentido que a desumanização é retomada por meio de hipérbole, são quatro vidas humanas sendo enterradas com um ritual massificado, por meio de uma produção em série do trabalho de coveiro.

É visto, portanto, que ao longo de todo o documentário Cercados (2020), os enunciados concretos são responsivos ao discurso-ação do presidente da república. Na introdução para exibição do cartaz, a escolha por evidenciar o discurso de uma bolsonarista – ao invés do próprio discurso do estadista – gera o sentido de que, ainda que muitas vezes não haja respaldo em dados histórico-científicos, existe influência do negacionismo em uma parcela da população. Do outro lado da arena discursiva, enunciações verbo-visuais de Edmar Barros, figuram como discurso de resistência democrática, frente ao negacionismo; trazendo a campo os efeitos imediatos da ausência de gestão pública da pandemia. Desse modo, a inter-relação entre os

cronotopos da pandemia e da ditadura militar é dada pelo rompimento que o universo axiológico do autoritarismo, que permeia a necropolítica, faz do espaço-tempo por meio do discurso bolsonarista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao objetivo geral investigar as relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais no ano de 2020 e os enunciados concretos de resistência democrática durante da Ditadura Militar de 1964, é possível notar que as materialidades linguísticas emergentes e características dos cronotopos dos documentários Verdade 12.528 (2013) e Cercados (2020) foram expressivas para caracterizar a cadeia discursiva de autoritarismo que atravessou os contextos sócio-históricos ditatorial e pandêmico.

Assim, posteriormente à análise de dados, a hipótese de que a abordagem linguística dialógica e suas relações com a teoria política e historiografia possibilitaria uma compreensão mais apurada do dialogismo existente entre as enunciações atreladas aos dois contextos discursivos foi corroborada. Isso porque a compreensão das dialogias enunciativas elucidou como o discurso autoritário, pautado no tom valorativo de banalização da morte, rompe o tempo-espaço e consolida a necropolítica e o biopoder.

Portanto, espera-se que a divulgação dos resultados deste trabalho contribua na construção coletiva por pesquisadores e pesquisadores de uma linguística aplicada indisciplinar, bem como na ampliação dos estudos bakhtinianos sobre discurso. Por fim, num movimento de expansão dos objetivos metodológicos e partindo da concepção bakhtiniana de linguagem – a qual preconiza que os enunciados não são finalizados com ponto final –, cabe ressaltar a conclusibilidade dessa pesquisa para novos trabalhos responsivos que busquem compreender as reverberações que o embate entre os discursos autoritário e de resistência, em contexto midiático, gera no processo eleitoral brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Penha Casado. **Olhares bakhtinianos sobre o contexto pandêmico**. Mesa Redonda, evento on-line (2h 26 min), 22 jul. 2020. Publicado pela Abralín. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/olhares-bakhtinianos-2/> Acesso em: 15 jul. 2021.



BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. 3ª ed. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.

AVECHINI, Caio. **Cercados**. Prod. Ali Carmel, Erick Brêtas, Ricardo Vilela. Brasil: Globoplay, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976)**. 2ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PAULA, Luciane de; SIANI, Ana Carolina. Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 475-503, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1595>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ROBLES, Peu; SACCHETTA, Paula. **Verdade 12.528**. Prod. João e Maria.doc. Brasil, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro compensa governo impotente com tanque de guerra, diz psicanalista**. UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/08/09/bolsonaro-esconde-impotencia-exibindo-tanques-de-guerra-diz-psicanalista.htm>. Acesso 12 ago. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2ª ed. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.



***Enrico de Castro Carvalho SILVA***

Possui graduação em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes (2013), graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Braz Cubas(2019), graduação em Pedagogia pela Universidade Braz Cubas(2021), especialização em Direito Penal e Processo Penal para Ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus(2016) e mestrado em Lingüística Aplicada pela Universidade de Taubaté(2021). Atualmente é Professor II da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso e Pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Lingüística Aplicada.

*Recebido em 16/novembro/2021 - Aceito em 06/julho/2022.*